

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fazenda suspeita de lavagem de dinheiro com Perse 3

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
ANFIP

Muito além da faixa de isenção do IR 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Audidores aceitam proposta e encerram greve hoje 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Para demitir, gestores precisam de motivo 6

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo: qual é o valor em 2024 e quem pode receber 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IBGE mira alternativas para bancar pesquisas, afirma Pochmann 9

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação cai para 0,42% em janeiro 12

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

IPCA tem queda, mas fica acima do previsto 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com aumento dos alimentos, inflação registra alta de 0,42% em janeiro 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A aposentadoria rural, cedo ou tarde (Artigo) 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Precatórios podem aliviar efeito negativo de bloqueio do Orçamento 16

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Com economia fraca, China exportará deflação para o mundo 19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Após ano conturbado, bancos estão mais otimistas com 2024 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BTG amplia risco da carteira com bolsa e títulos prefixados 23

O POPULAR - GO - ECONOMIA
ECONOMIA

Projeções da inflação e Selic seguem, apesar de alta 25

Sexta-Feira, 9 de Fevereiro de 2024

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Primeira taxa de 2024 mostra inflação de 4,51%..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Supersalários - LAURA KARPUSKA..... 28

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Justiça brasileira é a mais cara do mundo (Artigo)..... 29

Fazenda suspeita de lavagem de dinheiro com Perse

Lu Aiko Otta e Edna Simão

No centro da disputa política entre o Congresso e o governo, o Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos (Perse) facilita a lavagem de dinheiro, disse uma fonte do governo. Isso porque isenta de 100% dos **impostos** federais empresas de um setor muito difícil de controlar, dado que uma parcela dos pagamentos ainda é feita em dinheiro. Por isso, não é possível determinar com total exatidão quantas pessoas comeram em um restaurante, por exemplo. Ou quantas estiveram em um show.

"Para um criminoso lavar dinheiro, difícil pensar em um jeito melhor", comentou. "Nem precisa ser um gênio do crime."

O governo propôs o fim do Perse na Medida Provisória (MP) 1.202, alegando o impacto fiscal muito superior ao estimado na lei orçamentária de 2024 e a ausência de estudos que demonstrem a relevância e a eficácia do programa. O Orçamento contempla uma renúncia de R\$ 4,4 bilhões, mas apenas no ano passado as empresas deixaram de pagar R\$ 17 bilhões com base no programa.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quarta-feira (07) que divulgará a lista dos beneficiados pelo Perse.

A fonte da área técnica informou que dados sobre outros benefícios fiscais também serão tomados públicos. Desde o ano passado, o governo está divulgando, em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), lista com nomes de quem recebe benefícios fiscais. "Vamos continuar com todos os benefícios. Em breve Perse, subvenções etc", afirmou.

"Até hoje ninguém sabe quem são os beneficiários daquela redução do IRPJ/CSLL por conta das subvenções estaduais. Conseguimos aprovar a MP 1.185 que obriga uma habilitação prévia. Isso permitirá essa transparência", complementou o técnico da área econômica.

Segundo a fonte, o alerta sobre a possibilidade de o Perse estar sendo utilizado para lavagem de dinheiro foi um aumento atípico do faturamento de algumas empresas beneficiárias. Segundo informações da Receita, o dinheiro não declarado infla o resultado das

companhias do programa, que tem isenção de **tributos**. Depois disso, o lucro é distribuído aos **sócios**, também sem pagamento de **impostos**. O movimento foi identificado a partir do **cruza-mento** de informações apresentadas pelas próprias companhias.

Conforme mostrou o Valor em outubro passado, a Receita já havia detectado diversos casos de desvio no uso do programa. Por exemplo, uma empresa de material de construção que declarou receitas de R\$ 1 bilhão no âmbito do Perse. Também foram encontrados postos de gasolina se beneficiando de um programa do setor de eventos.

O Perse é motivo de disputa do Executivo com o Congresso desde o governo de Jair Bolsonaro. O programa foi aprovado em 2021 e integralmente vetado pelo Palácio do Planalto. O veto, porém, foi derrubado em 2022.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187786>

Muito além da faixa de isenção do IR

Correio Braziliense

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de editar uma medida provisória corrigindo a tabela do Imposto de Renda foi acertada, sob pena de trabalhadores com salário de até R\$ 2.640, ou menos de dois salários mínimos, terem descontado dos vencimentos a parcela do Leão. Trata-se de uma situação que beira a aberração, uma vez que enquanto trabalhadores têm uma parcela de uma renda quase mínima tributados, há milionários e setores da economia sendo desonerados, ainda que com o prolongamento de medidas que eram para ser emergenciais, no caso das empresas, e por benesses fiscais para a parcela mais rica da população.

Não há justificativa para que apenas a imensa maioria de contratados formalmente seja a fonte principal do Imposto de Renda. Com a mudança feita pela MP, a faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física passa de R\$ 2.640 para R\$ 2.824, para atender aos assalariados que recebem dois mínimos. A medida deve impactar 6 milhões de contribuintes, mas para se ver a distorção da taxa da renda, o rendimento médio do brasileiro é de aproximadamente R\$ 3 mil, valor sob o qual já se incide IR, ainda que apenas de R\$ 37,50. Como esse valor é mensal, em um ano o assalariado que recebe R\$ 176 a mais do que dois salários mínimos recolhe R\$ 487,50 para a **Receita Federal**.

Ontem, durante sua visita a Belo Horizonte, Lula voltou a prometer que, até o final de seu mandato, determinará que as pessoas que ganham até R\$ 5 mil sejam isentas do IR. Para isso, segundo o presidente, o governo fará reajustes na tabela todos os anos até 2026.

Para se ter ideia da concentração de **impostos** sobre a camada mais pobre da população, um levantamento feito pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil** (Unafisco Brasil), com base na situação em 31 de dezembro, mostra que uma correção da tabela do IR elevando a faixa de isenção para R\$ 4.934,69, com a correção integral da **inflação** desde 1996 e muito próximo da promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, elevaria o contingente de contribuintes isentos de 18.767.987 para 32.534.437, com mais de 13 milhões de declarantes do IR ficando isentos.

Com base nas projeções para o IR de 2025, ano-base 2024, o Unafisco Nacional calcula que de um total de

arrecadação do IRPF previsto de R\$ 321 bilhões, R\$ 204,43 bilhões deixariam de ir para os cofres públicos, com a arrecadação limitando-se a R\$ 116 bilhões. Considerando que 13,776 de milhões de contribuintes deixaram de pagar imposto com a correção da tabela do IR e que a perda de receita será de R\$ 204,45 bilhões, é possível dizer que 29,5% do total previsto de 46,631 milhões de contribuintes vão causar um impacto equivalente a 63,65% da receita.

Na outra ponta, segundo a **Receita Federal**, em 2019, os contribuintes que correspondem a 0,01% da população (20,3 mil pessoas) declararam ter recebido mais de R\$ 230 bilhões sem pagar imposto sobre esse valor. Ainda de acordo com o Ministério da Fazenda, a alíquota média do imposto para quem recebeu lucros e dividendos e teve renda superior a 320 salários mínimos por mês (R\$ 451,84 mil) foi de 1,6%, enquanto a alíquota média dos assalariados é de 17%.

Há uma distorção gritante no imposto sobre a renda no Brasil e que precisa ser corrigida na magnitude em que se fez a reforma sobre o consumo, que vai representar uma simplificação tributária. É preciso que o governo se debruce sobre a reforma dos **impostos** sobre a renda para que efetivamente sejam tributados os brasileiros com maiores ganhos e que hoje estão isentos e se exerça fiscalização rigorosa para que a receita do IR não tenha que se ancorar quase que apenas no desconto em folha dos trabalhadores. A reforma deve promover a justiça tributária, com cada brasileiro contribuindo de acordo com sua condição de renda.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/opiniao/2024/02/6800226-muito-alem-da-faixa-de-isencao-do-ir.html>

Audidores aceitam proposta e encerram greve hoje

BIANCA LIMA/BRASÍLIA

Os auditores da **Receita Federal** aceitaram a proposta do Ministério da Fazenda referente ao bônus de produtividade e, conforme o Estadão/Broadcast antecipou, decidiram encerrar a greve iniciada em 20 de novembro do ano passado. Os auditores, porém, manterão o estado de mobilização até que o decreto com as novas regras seja publicado pelo governo. A expectativa é de que isso aconteça em 15 dias úteis. Pessoas a par das negociações informaram que a proposta aprovada prevê pagamento de um bônus progressivo a partir de 2024: o teto começa em R\$ 4,5 mil e chega a R\$ 11,5 mil em 2026. Esse bônus foi convertido em lei em 2017, mas a regulamentação só saiu em 2023.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Para demitir, gestores precisam de motivo

RAFAELA GONÇALVES

Com seis votos a favor e três contra, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para que empresas estatais apresentem uma justificativa ao demitir funcionários que foram contratados por concurso público. O fundamento não precisa necessariamente cumprir os requisitos aplicáveis às demissões por justa causa, que tem imposições mais rígidas.

O julgamento foi suspenso após a coleta de votos e será retomado no dia 21 deste mês, para definir detalhes da tese. "As empresas públicas e sociedades de economia mista têm o dever de motivar, em ato formal, a demissão dos seus empregados admitidos por concurso público.

Tal motivação pode consistir em qualquer fundamento razoável, não exigindo que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista", destacou o presidente do STF, Luís Roberto Barroso.

Segundo Barroso, o princípio da impessoalidade deve ser respeitado, para que se saiba o motivo da demissão. "Não é uma proteção que exija as justificativas da justa causa. Mas em nome da impessoalidade, é preciso haver um mínimo de justificativa. A mera exigência de motivação do ato de dispensa dos empregados não iguala o seu regime jurídico àquele incidente sobre os **servidores públicos** efetivos, que gozam da garantia de estabilidade", declarou.

Na última quarta-feira, o relator, Alexandre de Moraes, havia encaminhado voto contra a exigência de motivações. Moraes foi seguido pelos ministros Kássio Nunes Marques e Gilmar Mendes.

Além do presidente da Corte, os ministros Dias Toffoli, Cármen Lúcia, André Mendonça, Cristiano Zanin e Edson Fachin também votaram pela necessidade de motivação. O ministro Luiz Fux não compareceu à sessão e, portanto, não votou.

O caso é originado de um processo movido por ex-funcionários do Banco do Brasil que foram demitidos sem justa causa em 1997. Eles questionam a legalidade dos desligados e dizem que deveria ser aplicado o regime jurídico da União, que prevê a estabilidade. O pedido de readmissão foi negado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), originalmente, o que levou o processo ao STF.

A motivação da dispensa abriu caminho para que as justificativas apresentadas sejam verificadas e questionadas na Justiça.

Caso o motivo alegado seja a falta de eficiência do trabalhador, por exemplo, ele poderia apresentar indicadores e testemunhos que contraponham o argumento da empresa.

O relator demonstrou preocupação com o aumento da judicialização.

"Não haverá uma demissão não judicializada. Todas serão judicializadas, alegando justamente desvio de finalidade, mesmo que não haja", alertou Moraes.

O ministro disse ainda que as estatais obedecem ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, no qual a motivação para dispensa não é exigida. "A dispensa imotivada é uma dispensa gerencial, seja do empregador privado, seja de uma empresa pública", alegou.

» **Inflação** acima das expectativas

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial, desacelerou em janeiro, na comparação com dezembro de 2023, mas ficou acima das estimativas do mercado. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA avançou 0,42%, no mês passado, após registrar alta de 0,56% no mês anterior.

O dado ficou acima das projeções do mercado, em torno de 0,34%. O resultado reforça as apostas de um ajuste mais lento na política monetária que é conduzida pelo Banco Central.

O aumento dos preços em janeiro foi registrado em sete dos nove grupos pesquisados pelo IBGE.

Salário mínimo: qual é o valor em 2024 e quem pode receber

Empreendendo Direito

/
Afonso Paciléo

Acompanhe o R7 no WhatsApp e tenha mais uma forma de se manter informado.

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Empreendendo Direito | Afonso Paciléo

Que todo mundo conhece o salário mínimo nós já sabemos! Ele possui o objetivo de garantir que o trabalhador e sua família tenham o mínimo necessário para viver bem, incluindo coisas como casa, comida, educação, saúde e lazer.

A novidade é que, desde o dia 1º de janeiro de 2024, o valor do salário mínimo foi atualizado. Agora, ele está um pouco mais alto, acompanhando as mudanças na economia .

A partir do dia 1º de janeiro, entrou em vigor o novo salário mínimo no Brasil. Agora, o valor mínimo que os trabalhadores devem receber é de R\$ 1.412, um aumento de quase 7% em relação ao ano anterior, quando era de R\$ 1.320.

Quem tem direito a receber o salário mínimo?

A resposta é simples: todos os trabalhadores. O salário mínimo não afeta somente os trabalhadores da iniciativa privada; ele também influencia o setor público. Aposentados que recebem o salário mínimo pelo **INSS**, assim como beneficiários de programas como o BPC e **servidores públicos** que ganham o mínimo, têm seus valores ajustados conforme as determinações legais.

Vale destacar que alguns estados podem estabelecer salários mínimos locais e pisos salariais por categoria maiores que o valor definido pelo governo federal, contanto que não sejam inferiores ao piso nacional. Isso significa que, em alguns lugares, o valor mínimo a

ser pago pode ser mais alto do que os R\$ 1.412 estipulados pelo governo.

Quantas horas devem ser trabalhadas para receber o valor integral do salário mínimo?

O salário mínimo é estabelecido considerando uma jornada completa de trabalho, que compreende 8 horas por dia ou 44 horas por semana. Isso significa que o valor mínimo a ser recebido por um trabalhador é calculado levando em conta uma jornada diária padrão.

No entanto, é importante notar que, em alguns casos, a jornada de trabalho pode ser parcial, ou seja, menor do que 8 horas diárias. Para esses trabalhadores, o salário mínimo pode ser reduzido proporcionalmente, garantindo que a remuneração esteja de acordo com o tempo efetivamente dedicado ao trabalho. Assim, o salário mínimo adapta-se para atender diferentes realidades de jornada, assegurando uma remuneração justa para todos.

Como foi realizado o cálculo para reajuste do valor?

A mudança no valor seguiu uma nova regra de correção do salário mínimo. Para calcular o aumento, considerou-se a projeção da **inflação** medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) até novembro de 2023, que foi de 3,85%, somada ao crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) referente a dois anos antes, ou seja, 2022, com uma taxa de 2,9%.

Por que o salário mínimo foi atualizado?

Conforme estabelecido pela Constituição Federal, é necessário realizar ajustes periódicos no salário mínimo para garantir a preservação do seu poder de compra. Isso implica em revisões regulares do valor, levando em consideração as variações da economia nacional, como o índice de **inflação**, por exemplo.

Veja a evolução durante os últimos anos:

2024 - R\$ 1.412,00

2023 - R\$ 1.320,00

2022 - R\$ 1.212,00

2021 - R\$ 1.100,00

2020 - R\$ 1.045,00

2019 - R\$ 998,00

Os textos aqui publicados não refletem necessariamente a opinião do Grupo Record .

Carregando...

Prisma

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

Site: <https://noticias.r7.com/prisma/empreendendo-direito/novo-salario-minimo-2024-saiba-tudo-09022024>

IBGE mira alternativas para bancar pesquisas, afirma Pochmann

Lucianne Carneiro, Alessandra Saraiva e Francisco Goés

O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mareio Pochmann, trabalha por um projeto de lei para levantar novos recursos para o IBGE, mas que não teriam impacto fiscal nem significariam a criação de **impostos**, segundo ele. A ideia é conseguir que parcela de fundos existentes como royalties de petróleo e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), por exemplo, seja destinada para a instituição para financiar pesquisas de maior porte que já são realizadas, mas hoje com o orçamento do IBGE. A asfixia orçamentária em anos recentes comprometeu até mesmo a principal pesquisa do instituto, o Censo Demográfico, fundamental para a execução de políticas públicas.

A solução proposta por Pochmann não é simples, como se vê no caso de Estados e municípios que brigam há mais de dez anos no Supremo Tribunal Federal (STF) pela redistribuição dos recursos dos royalties. Cabe à Agência Nacional do Petróleo (ANP) fazer os cálculos dos valores a serem distribuídos, de acordo com o estabelecido em leis. A mudança pretendida teria que passar pelo Congresso depois do envio do projeto pelo Executivo.

A curto prazo, o economista afirmou que há sinalização de recursos este ano para fazer uma nova Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que é a base para o cálculo dos pesos de produtos e serviços do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o indicador oficial de **inflação**. A última edição da POF foi em 2017/2018. Em 2024, com recursos do próprio orçamento, o IBGE vai começar os testes para a realização do Censo Agropecuário em 2025 e 2026. Por outro lado, a contagem da população - que é feita geralmente entre um Censo e outro - ainda não está confirmada e pode ocorrer só em 2027.

Há ainda negociação envolvendo o envio de outro projeto de lei ao Congresso, para a criação de um sistema estatístico nacional, que reúna o IBGE e outros órgãos responsáveis por produção de estatísticas, como ministérios e Banco Central. A existência desse sistema está prevista na legislação, assim como a coordenação pelo IBGE, mas isso nunca aconteceu. Neste caso, acredita ser possível chegar a um anteprojeto até agosto.

Na primeira entrevista a um grande jornal desde a posse, há quase seis meses, Pochmann justificou o silêncio no período para fazer uma "imersão" no IBGE e conhecer melhor a instituição. Ele indicou se sentir injustiçado por críticas de economistas veiculadas na época da escolha dele, em meados de 2023, para o cargo, na cota pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na visão de Pochmann, houve suposto preconceito vinculado à sua linha de pensamento econômico. "Minha interpretação é que é um enorme preconceito pelo fato de eu ser um economista do trabalho. Não sou do capital. E o IBGE teve vários presidentes que eram vinculados ao mercado financeiro. Eram neoliberais, da extrema direita...", disse e emendou: "Talvez tenha sido a sucessão mais polêmica de uma pessoa indicada [no atual governo]".

O economista negou também acusações de afastamentos ou interferência política na gestão dele no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), onde foi presidente entre 2007 e 2012. Depois, presidiu a Fundação Perseu Abramo - ligada ao PT - entre 2012 e 2020 e o Instituto Lula entre 2020 e julho de 2023, até ser indicado ao IBGE. Pochmann atribuiu a "fake news" os comentários de que, como presidente do Ipea, perseguia quem pensava diferente. "Isso é 'fake news' do meu ponto de vista", disse. "Eu tenho experiência de participar do governo desde 1994. Participei da comissão que elaborou do Plano Real" disse. E acrescentou: "Eu me considero um dos presidentes do IBGE mais preparados".

O economista atribuiu a "desconhecimento" sobre o funcionamento do IBGE críticas sobre risco de interferência política nas pesquisas. "Isso é temor por desconhecimento. Eu só justificaria o temor por aqueles que são ignorantes em relação a como funciona a instituição. Tem um rigor enorme. Todos os procedimentos são identificados. Não existe essa possibilidade [de intervenção]", disse. Um dos temores com a gestão de Pochmann foi com uma eventual falta de transparência. O tema surgiu depois de visita do economista ao instituto de estatísticas da China e discurso em que citou avanços dos estudos estatísticos no Oriente.

Pochmann costuma usar seu perfil na rede social X (ex-Twitter) para dar opiniões sobre diferentes temas ligados ao país e à economia e para falar sobre os projetos para o IBGE, que nem sempre são

compartilhados no site oficial do instituto. Sobre isso, diz que a sociedade precisa "aprender que há separações" entre seu posicionamento pessoal e como presidente do IBGE. Críticos dizem, no entanto, que é difícil separar a figura pública que dirige um órgão de Estado e seu posicionamento pessoal.

O presidente do IBGE também negou que haja intenção do instituto de suspender coletivas de imprensa e comunicados de divulgação de indicadores e pesquisas. Em outubro, ele sugeriu em discurso mudanças no modelo de divulgação das pesquisas do IBGE e na relação com a imprensa. A afirmação gerou controvérsia, com a publicação de artigo da integrante da Comissão Consultiva do Censo Demográfico Maitha Mayer-ex-diretora de pesquisas do IBGE - no jornal "O Globo" em 12 de novembro. "Não vamos acabar com as coletivas de imprensa. O que queremos é ampliar os canais de divulgação" afirmou ele ao Valor.

Segundo Pochmann, o objetivo é procurar plataformas que possam transmitir o que é produzido pelo IBGE à população em formatos mais simples. "Os brasileiros que pagam **impostos** e financiam o IBGE, eles têm [direito a] acesso também à informação" disse. "Como ampliar [a divulgação]: essa é nossa preocupação, não é reduzir." Os meios de comunicação já fazem ampla divulgação, contextualizada e didática, com análise do mercado, das divulgações do IBGE.

Na entrevista ao Valor, realizada na unidade do IBGE em Parada de Lucas, na zona norte do Rio, Pochmann destacou os planos para recuperar o IBGE e a aproximação com os servidores desde que assumiu a presidência, em agosto. Parada de Lucas foi uma das primeiras unidades do IBGE e abriga um parque gráfico subutilizado, que já foi o maior entre os oficiais no país, mas está em situação de quase abandono. Um dos planos de Pochmann é recuperar o local e valorizar documentos históricos que ali se encontram.

Em janeiro, foi divulgado o Plano de Trabalho 2024 do IBGE, também entregue à ministra do Planejamento e Orçamento, Si-mone Tebet, pasta à qual o instituto está ligado, construído a partir de sugestões apresentadas por servidores no 1- Encontro Diálogos IBGE 90 anos. O evento

definiu as 12 diretrizes para a atuação até 2026, quando comemora 90 anos de existência. Na lista, ações como fortalecimento institucional em termos de orçamento (ver quadro abaixo).

Um dos principais desafios, segundo ele, é a questão do orçamento. Para 2024, o IBGE tem R\$ 2,6 bilhões, valor nominal similar ao de 2023. Desse montante, segundo Pochmann, 91% são destinados para a folha

de pagamento, sendo a maioria (56%) para o pagamento de aposentados. "O que acontece é que o IBGE não tem mais independência financeira para estabelecer suas pesquisas. Temos uma margem muito pequena para investimento, para custeio, para pesquisa", notou.

Para enfrentar esse desafio, Pochmann tem se articulado para colocar em prática a ideia de conseguir uma parcela de fundos existentes como royalties de petróleo e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para financiar pesquisas de maior porte que já são realizadas.

É o IBGE quem elabora a solução técnica para determinar como Estados e municípios são indenizados com os recursos dos royalties, originados das empresas que atuam na exploração de petróleo e outros minerais. No caso do Fundo de Participação de Municípios (FPM), o repasse de verbas pela União é calculado, dentre outros fatores, pela proporção do número de habitantes - estimado anualmente pelo IBGE.

Outro exemplo citado foi a elaboração do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi). O indicador do IBGE é usado como referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e também pela Caixa. No entendimento do presidente do IBGE, a Caixa poderia pagar ao IBGE para executar esse serviço.

"É uma redistribuição de uma pequena parcela de fundos já existentes para viabilizar a sustentação do IBGE. O orçamento que temos hoje é insuficiente, não temos condição de ter independência financeira", disse, reconhecendo o sucateamento do IBGE nos últimos anos, por falta de recursos e de pessoal.

Uma das conquistas da atual gestão do IBGE é a realização do maior concurso de sua história, com 895 vagas, numa seleção dentro do chamado "Enem dos concursos". Apesar do número significativo, o número compõe apenas parte da perda de um terço dos servidores efetivos desde 2016.

O número hoje gira em torno dos 4 mil, para um total de 10 mil trabalhadores, incluindo temporários (com contratos de no máximo três anos) e prestadores de serviço em áreas de limpeza e segurança. Além de expandir o quadro de servidores, Pochmann mostra preocupação com a necessidade de valorizar esses profissionais, cujos salários reais são hoje 20% menores que em 2016.

Outra prioridade da gestão de Pochmann é um debate antigo: a criação de um sistema nacional de

estatísticas, sob a coordenação do IBGE, para integrar os dados produzidos no país por diferentes produtores, sejam oficiais, como os ministérios, sejam não oficiais. Hoje as informações estatísticas do país não são centralizadas no IBGE como eram no passado: várias instituições e ministérios começaram a criar "seus próprios IBGEs", as próprias bases de estatísticas. Cada um tem padrões e bases de dados diferentes, que não estão integrados. Esse é justamente um dos desafios que corroboram para a importância de criação desse sistema, mas é também uma das dificuldades para sua implantação, apontam especialistas.

"São muitos órgãos diferentes produzindo isso [estatísticas] no momento em que a gente tem cada vez mais dados. [...] Tem um trabalho de processamento das informações e de integração dos dados. É preciso pensar em como juntar os dados de taxa de homicídio com taxa de desemprego e taxa de escolaridade, por exemplo" disse.

Pochmann comentou ainda que esse tema será aprofundado melhor em conferência sobre o assunto, no fim de julho, com produtores de dados oficiais e não oficiais.

"Não existe a possibilidade de intervenção política no IBGE" Mareio Pochmann

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187786>

Inflação cai para 0,42% em janeiro

Mercado esperava índice menor; bolsa recua e dólar sobe para R\$ 4,99 O dólar fechou em alta de 0,53%, a R\$ 4,9945 nessa quinta-feira (8). Já o Ibovespa caiu 1,33%, a 128.217 pontos, segundo dados preliminares da CMA. A **inflação** oficial do Brasil desacelerou para 0,42% após marcar 0,56% em dezembro, segundo dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na manhã de ontem.

A expectativa de analistas era de uma variação menor, de 0,34%, no primeiro mês deste ano.

"Apesar do índice cheio e núcleos no acumulado de 12 meses continuarem arrefecendo, a média dos núcleos anualizada e dessazonalizado voltou a subir, e isso causou estresse nos ativos de risco, provocando uma queda no Ibovespa", afirma André Fernandes, diretor de renda variável e sócio da A7 Capital.

Segundo o analista, o temor de investidores é que a alta nos preços de parte dos serviços subjacentes pode levar a um IPCA maior que o esperado nos próximos meses. "De forma geral, a **inflação** segue controlada, mas há alguns sinais de alerta; a composição do IPCA teve uma leve piora qualitativa", disse Gustavo Sung, economista-chefe da Suno Research. "Para a política monetária, esse dado não deve alterar o plano de voo já anunciado pelo Banco Central, de cortes de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões." O IPCA de janeiro reforça a perspectiva de manutenção do ritmo de afrouxamento monetário pelo BC, sem espaço para aceleração dos cortes, o que pode jogar a favor do real, uma vez que, desta forma, a Selic permanecerá em nível restritivo por um bom tempo.

Juros altos no Brasil restringem o desempenho do mercado de renda variável, pesando sob o custo de dívida e de crédito das empresas e atraindo o investidor para a renda fixa. (Folhapress)

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

IPCA tem queda, mas fica acima do previsto

A **inflação** oficial do Brasil, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desacelerou a 0,42% em janeiro, após marcar 0,56% em dezembro, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar de perder força, o IPCA voltou a sofrer pressão da alta dos alimentos e ficou acima da mediana das projeções do mercado financeiro. A expectativa de analistas consultados pela agência Bloomberg era de uma variação menor, de 0,34%, no primeiro mês deste ano.

No acumulado de 12 meses, a **inflação** desacelerou a 4,51% até janeiro, após registrar taxa de 4,62% na divulgação anterior.

Analistas esperavam que o IPCA atingisse 4,42%.

Alimentos

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, 7 tiveram alta de preços em janeiro. O destaque veio do grupo alimentação e bebidas, cuja **inflação** acelerou a 1,38%, após registrar 1,11% no mês anterior.

Com o novo resultado, o segmento teve impacto de 0,29 ponto percentual no IPCA. A alta de 1,38% é a maior para alimentação e bebidas, em meses de janeiro, desde 2016 (2,28%).

André Almeida, gerente da pesquisa do IPCA, disse que o aumento reflete os efeitos das temperaturas altas e das chuvas intensas em regiões produtoras.

Esses eventos dificultam o cultivo no campo e reduzem a oferta de parte das mercadorias, especialmente de itens mais voláteis, como hortaliças e frutas. Neste início de ano, o Brasil vive os reflexos do fenômeno climático El Niño. "Historicamente observamos alta dos preços dos alimentos nos meses de verão, por conta da temperatura mais alta e das chuvas. Neste ano, isso é intensificado pelo fenômeno El Niño", disse Almeida.

A carestia de alimentação e bebidas foi puxada pela alimentação no domicílio. Os preços dos produtos consumidos em casa aceleraram a 1,81% em janeiro, após taxa de 1,34% em dezembro.

O IBGE destacou os avanços da cenoura (43,85%), da batata-inglesa (29,45%), do feijão-carioca (9,70%), do

arroz (6,39%) e das frutas (5,07%).

A batata-inglesa, aliás, teve o maior impacto individual no IPCA do primeiro mês de 2024 (0,07 ponto percentual).

O arroz registrou o segundo (0,05 ponto percentual).

Transportes ajudam na desaceleração Ao contrário de alimentação e bebidas, o grupo dos transportes ajudou o IPCA a desacelerar no início de 2024. Esse segmento registrou queda de 0,65% em janeiro, após alta de 0,48% em dezembro.

O impacto no índice foi de -0,14 ponto percentual.

A deflação (baixa) dos transportes foi puxada pela passagem aérea.

Os preços do bilhete de avião caíram 15,22% em janeiro, depois da alta de 8,87% em dezembro.

Individualmente, a passagem teve o principal impacto do lado das quedas no IPCA (-0,15 ponto percentual).

Combustíveis

Almeida associou a redução a uma base de comparação elevada.

Segundo o pesquisador do IBGE, a queda dos preços do querosene de aviação, o QAV, também pode ter contribuído para aliviar as tarifas. A passagem, contudo, ainda acumula alta de 25,48% em 12 meses.

Ainda nos transportes, o IBGE apontou recuo em janeiro nos preços do etanol (-1,55%), do óleo diesel (-1%) e da gasolina (-0,31%). O gás veicular, por outro lado, registrou alta (5,86%)(Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Com aumento dos alimentos, inflação registra alta de 0,42% em janeiro

DANIELA AMORIM RIO MARIANNA GUALTER SÃO PAULO

O aumento nos preços dos alimentos pressionou a **inflação** oficial no País em janeiro. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 0,42%. O resultado, porém, foi o mais brando para o mês desde 2021, além de ter representado uma desaceleração ante o avanço de 0,56% verificado em dezembro, graças à queda nas tarifas aéreas, divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, a taxa de **inflação** acumulada em 12 meses arrefeceu pelo quarto mês consecutivo, passando de 4,62% em dezembro de 2023 para 4,51% em janeiro de 2024. A meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central em 2024 é de 3%, com teto de tolerância de 4,5%.

O IPCA teria sido de 0,57% em janeiro, não fosse a queda nas passagens aéreas, disse André Almeida, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE. As tarifas diminuíram 15,22%, detendo em -0,15 ponto percentual a **inflação** do mês.

No entanto, o recuo sucede a uma alta acumulada de 82,03% nas passagens aéreas nos quatro meses anteriores, de setembro a dezembro de 2023. A base de comparação elevada explica a redução nas tarifas em janeiro, argumentou Almeida, acrescentando ainda que houve diminuição no custo do querosene de aviação (QAV, combustível de aviões). "Pode ter influenciado, uma vez que o combustível é um componente importante no preço das passagens aéreas", disse Almeida.

Foram os itens alimentícios que turbinaram o IPCA em janeiro, embora o encarecimento dos serviços bancários e dos planos de saúde também tenha pressionado a **inflação** do mês, disse o gerente do IBGE.

Diante das condições climáticas desfavoráveis, os alimentos mais caros foram responsáveis por dois terços da **inflação** neste início de 2024.

"Historicamente, a gente observa alta nos preços dos alimentos nos meses de verão, por conta das temperaturas mais altas e maior incidência de chuvas

no País", disse Almeida.

Apesar de ser considerado um movimento sazonal, a elevação de 1,38% no custo do grupo Alimentação e bebidas em janeiro foi a maior desde abril de 2022. Considerando apenas meses de janeiro, o aumento no grupo foi o mais acentuado desde 2016.

A alimentação no domicílio subiu 1,81% em janeiro. As famílias pagaram mais pela cenoura (43,85%), batata-inglesa (29,45%), feijão-carioca (9,70%), arroz (6,39%) e frutas (5,07%). Já a alimentação fora do domicílio aumentou 0,25% em janeiro: a refeição fora de casa subiu 0,17%, e o lanche teve elevação de 0,32%.

AVALIAÇÕES. "Nossa previsão é que a **inflação** continue acima do centro da meta em 2024, principalmente pela desaceleração lenta dos preços dos serviços", disse Claudia Moreno, economista do C6 Bank, em comentário.

A LCA Consultores espera uma alta mais branda no custo da alimentação em fevereiro.

"Projetamos que o IPCA registrará +0,76% em fevereiro, na esteira da alta sazonal de Educação, bem como pelos efeitos diretos e indiretos da mudança na cobrança de ICMS em gasolina, diesel e etanol", escreveu o economista Fábio Romão, da LCA Consultores, em relatório.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

A aposentadoria rural, cedo ou tarde (Artigo)

Fabio Giambiagi Economista

Quem quer que tenha transitado pelo Congresso sabe que nada encontra tanta resistência como a "questão dos rurais". Da minha parte, depois de ficar "apanhando" muitos anos na defesa da reforma da Previdência, um dos truques que aprendi é o de, ao invés de defender alguma proposta impopular, apresentar os dados e depois perguntar: "O que vocês sugerem fazer?".

Peço para compartilhar com o leitor o seguinte raciocínio, baseado em fatos, expostos no Texto para Discussão 11 (FGV Ibre), A reforma previdenciária que faltou: a revisão das regras da aposentadoria rural, coautorado com Rogério Nagamine e Otávio Sidone:

1) Antes da Constituição de 1988, a idade de aposentadoria rural era de 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres, parâmetro que foi diminuído em cinco anos para os rurais, diferenciação que perdura, em que pesem as reformas previdenciárias feitas com Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Jair Bolsonaro, que deixaram o dispositivo intacto;

2) Antes da Constituição de 1988, o piso do benefício rural era de meio salário mínimo (SM), aumentado para um SM na nova Carta;

3) Desde 1994, o SM teve um aumento real acumulado de mais de 170%;

4) A expectativa de sobrevivência de uma mulher com 60 anos de idade em 1988 era, em média, da ordem de 17 anos, ao passo que, pela última tábua de mortalidade do IBGE, se encontra atualmente em 24 anos, a essa idade;

5) Desse conjunto de informações factuais se depreende que o benefício concedido pela aposentadoria por idade às mulheres no meio rural ao se aposentar era, em média, por uma expectativa de duração de 17 anos aos 60 anos, em 1988; e de 28 anos, aos 55 anos, atualmente, considerando que a expectativa de vida para quem atingia a idade de se aposentar se ampliou em seis anos (antes $60+17=77$ anos e agora 83 anos) e a idade para se aposentar diminuiu em cinco;

6) O valor real desse benefício foi multiplicado por um fator de quase 5,5, dado que o aumento foi de mais de 170% referente a um parâmetro (o SM), que, por sua

vez, dobrou em 1988.

Na reforma de 2019, as mulheres tiveram a idade de aposentadoria aumentada no meio urbano para 62 anos. Isso significa que a diferença de regras de aposentadoria entre as mulheres no meio urbano e rural passou a ser de sete anos.

Como anda a conta dos benefícios rurais? Ela, que era da ordem de 0,5% do **PIB** em 1995, é de 1,7% do **PIB** hoje. Cedo ou tarde, as regras de aposentadoria rural precisarão ser modificadas, porque são incompatíveis com a perspectiva demográfica do País.

Fabio Giambiagi, Economista

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Precatórios podem aliviar efeito negativo de bloqueio do Orçamento

Marta Watanabe

Os precatórios extraordinários pagos pela União em dezembro devem impulsionar a economia e podem compensar o efeito contracionista no **PIB** do Orçamento de 2024 com eventual contingenciamento de R\$ 53 bilhões. Esse é o nível de contingenciamento máximo do novo arcabouço fiscal que o governo pode ser forçado a aplicar em razão da dificuldade de se cumprir a meta de resultado primário, que é de déficit primário zero para este ano.

Ainda considerando o efeito dos precatórios, um nível de congelamento menor, de R\$ 22 bilhões, como defende o governo, provavelmente terá impacto expansionista no **PIB**. Esses efeitos compõem o cenário das medidas fiscais em 2024, com a esperada desaceleração da economia.

Como prevê aumento de carga tributária para reduzir o déficit primário, o Orçamento de 2024 é contracionista. Liberado ao fim de 2023, porém, o pagamento de R\$ 92,4 bilhões em precatórios extraordinários deve trazer efeitos à atividade somente neste ano e pode dar impulso de R\$ 42,5 bilhões, o equivalente a 0,39% do **PIB**.

Em termos de efeito cíclico, isso poderia compensar o freio fiscal de um contingenciamento de R\$ 53 bilhões no Orçamento deste ano. Esse nível de congelamento tiraria R\$ 43,4 bilhões da economia, ou 0,4% do **PIB**. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defende entendimento pelo qual o contingenciamento em 2024 está limitado a R\$ 22 bilhões. Isso teria inicialmente impacto de contração econômica bem menor, de R\$ 13,3 bilhões, ou 0,1% do **PIB**.

Os cálculos e a avaliação são do economista Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). "O que o governo está fazendo com pagamento extraordinário de precatórios muito provavelmente neutraliza a contração fiscal do cenário com contingenciamento de 53 bilhões. Se o governo optar pelo contingenciamento de R\$ 22 bilhões, muito provavelmente o Orçamento vai se tornar expansionista quando consideramos conjuntamente o efeito dos precatórios pagos na última semana de 2023."

Pelas novas regras fiscais, a meta de primário pode

ser descumprida - levando a restrições na política de pessoal no ano subsequente e a um crescimento menor da despesa dois anos depois-, mas é preciso tentar atingi-la com o contingenciamento máximo. Pires nota que, de fato, um congelamento de R\$ 53 bilhões é muito pesado não só no contexto atual, mas em perspectiva histórica. O maior contingenciamento nos últimos anos, em 2017, foi de R\$ 17,3 bilhões.

O cenário de desaceleração econômica, diz Pires, precisa ser considerado. A economia deve ter crescido em torno de 3% em 2023 enquanto a expectativa de **PIB** para 2024 é de 1,5%, ressalta. A discussão da mudança de meta de resultado primário, diz, deve considerar, de um lado, o que a economia precisa do ponto de vista cíclico para suavizar a desaceleração econômica e, do outro lado, o impacto de eventuais medidas na expectativa futura em relação à agenda de política econômica, o que repercute em questões como credibilidade e prêmios de risco do governo. "A qualidade da política fiscal ao longo de 2024 vai depender de bom equilíbrio em torno dessas questões e de como a resolução dessas questões afeta a perspectiva de cenário fiscal à frente."

Os cálculos de Pires sobre os impactos fiscais do Orçamento com cada nível de contingenciamento - R\$ 53 bilhões e R\$ 22 bilhões - incluíram o acréscimo de gastos com Previdência que foram considerados subestimados na peça orçamentária. Foram levantadas hipóteses para o impacto do contingenciamento em investimentos e gastos correntes e também para o cálculo do efeito contracionista das medidas de aumento de arrecadação. Cada item foi ponderado pelos devidos multiplicadores. Para mensurar o efeito cíclico dos precatórios, Pires decompôs os pagamentos discriminando-os pela sua natureza, como gasto de pessoal e transferência de renda, por exemplo. A partir disso foram também considerados os respectivos efeitos multiplicadores.

A perspectiva para 2024, diz Pires, é de melhora do resultado primário, com alguma recomposição de receitas e de eliminação de eventos extraordinários. O ano passado, diz, fechou com déficit primário de 2,1% do **PIB**, após superávit de 0,5% em 2022. O resultado de 2023, ressalta, sofreu impacto de gastos extraordinários, como o pagamento dos precatórios atrasados e a compensação de ICMS a Estados e

municípios. Sem esses dois fatores, destaca, o resultado primário teria sido de déficit de R\$ 111 bilhões ou 1,02% do **PIB**.

Em 2023, ano "muito produtivo" na área fiscal, houve, entre outras medidas, elaboração do novo arcabouço fiscal e aprovação de medidas para elevar receitas, lembra Pires. Mesmo assim, diz, a arrecadação em 2023 caiu em relação ao ano anterior, sob impacto de fatores como o fim do ciclo de alta de commodities. Em 2024, diz Pires, a receita pode surpreender positivamente, sob efeito do pacote de medidas tributárias aprovadas, embora não se espere um ganho de receita R\$ 170 bilhões, como estimado inicialmente pelo governo. Mesmo assim, o cumprimento da meta de resultado primário equilibrado, diz, continua improvável. Além de suavizar a desaceleração cíclica da economia, Pires lista pelo menos outros quatro desafios para a política fiscal em 2024.

O segundo desafio está ligado justamente à grande dificuldade para cumprir a meta de déficit zero em 2024. Uma eventual mudança de meta, diz ele, não deve ser confundida com um cheque em branco para o governo. "É preciso manter um cenário fiscal construtivo."

Ao defender que o contingenciamento do Orçamento em 2024 estaria limitado a R\$ 22 bilhões, explica, Haddad faz interpretação de que o congelamento se limita ao piso de 0,6% do crescimento real da despesa. A proposta, diz, tem fragilidade jurídica e está sob análise do Tribunal de Contas da União. "Se a interpretação vingar, há repercussões importantes. Uma delas é o custo político de mudar a meta, porque o contingenciamento máximo será muito menor. Pode passar a mensagem de que o governo não está disposto a fazer esforço para cumprir a meta. O segundo ponto é que, como as metas são crescentes, o descumprimento no primeiro ano aumenta muito a probabilidade de não cumprir as metas dos anos seguintes. Isso pode levar a uma situação na qual todo ano o Orçamento vai rodar a uma despesa crescendo 0,6%."

Se o TCU não der sinal verde para o bloqueio limitado a R\$ 22 bilhões, cenário que provavelmente está sendo considerado pelo governo, avalia Pires, o equacionamento deve vir da mudança de meta em conjunto com a demonstração de que com o pagamento dos precatórios extraordinários um contingenciamento maior não deve trazer muito impacto de contração fiscal. Pires também acredita que a estratégia inclui a medida de limitação às compensações tributárias embutida na MP 1.202/ 23, da reoneração da folha. Essa MP, diz, gerou mal-estar porque o Congresso já havia derrubado veto

presidencial à prorrogação da desoneração a 17 setores intensivos em mão de obra. Encontrar solução equilibrada na economia e política para essa MP é outro desafio para o cenário fiscal, diz.

Além de reonerar gradativa-mente algumas atividades, a MP também criou novos limites para a compensação tributária. Pires nota que boa parte da frustração de receita em 2023, mesmo com as medidas de Haddad, deveu-se ao aumento das compensações tributárias. O economista destaca que essas compensações saltaram nos últimos anos de R\$ 71 bilhões (1% do **PIB**) em 2018 para R\$ 248,7 bilhões (2,3% do **PIB**) em 2023.

A limitação à compensação tributária, diz, é algo novo que pode não ter tanta resistência no Congresso e pode fazer parte do "quebra-cabeças do imbróglio fiscal de 2024", diz Pires. Ele lembra que o Congresso também pode resistir ao contingenciamento de R\$ 53 bilhões, em razão do impacto nas emendas parlamentares.

O quarto desafio, diz Pires, está relacionado à melhora das expectativas fiscais. "Essas expectativas de curto prazo estão se mostrando extremamente inelásticas à agenda fiscal do governo." A projeção mediana de mercado de resultado primário em 2024, exemplifica, era de déficit de 0,8% do **PIB** em 31 de março de 2023, idêntica à do fim de dezembro de 2023.

Para Pires, entre possíveis causas para esse aparente paradoxo é a dificuldade de mensurar o efeito das medidas aprovadas, somada ao ceticismo do mercado em relação às projeções apresentadas pelo governo. "Outra possível causa é que a receita caiu muito em 2023 e não se sabia qual era o fundo do poço. A melhora das expectativas é importante para a discussão de um cenário fiscal mais construtivo."

O último desafio, diz Pires, é ajustar a velocidade do ajuste possível com as expectativas políticas do Orçamento. Independente-mente do desfecho de 2024, o governo será obrigado a reescalonar as metas à frente para dar um pouco de "realismo". "Seria adequado refletir sobre esse planejamento de médio prazo. À medida que o tempo passa, fica mais difícil aprovar medidas no Congresso, em particular na área tributária. O estoque de coisas a serem feitas se reduz." Muito provavelmente, avalia, deverá haver equilíbrio maior no campo fiscal olhando para as despesas. Há debates para redução de gastos de pessoal, cita. Outra questão, destaca, são os mínimos constitucionais na saúde e na educação. A necessidade de rever isso, avalia, ficará mais clara já na discussão do Orçamento de 2025.

"Se isso não for alterado, quanto mais forçarmos a

arrecadação, mais gastos serão gerados", diz Pires. Segundo seus cálculos, de cada R\$ 1 de aumento de receita de Imposto de Renda (IR), apenas cerca de R\$ 0,30 ampliam o saldo primário da União nos dois primeiros anos. Isso porque a arrecadação do imposto tem parcela destinada, entre outros, a transferências a Estados e municípios, cumprimento dos mínimos constitucionais e emendas parlamentares. "Isso traz desafio para um ajuste todo do lado da arrecadação." No PIS/Cofins, a mesma "produtividade fiscal" fica em torno de R\$ 0,80 para cada R\$ 1 de alta de receita, estima.

A discussão da meta fiscal de 2024, destaca, deve começar em março. "O governo tomará a decisão cie um contingenciamento com uma meta difícil de ser cumprida no pior momento para fazer essa discussão. Porque o que se espera é que os dados de atividade econômica no primeiro trimestre devem ser os piores do ano devido à reversão do ciclo de commodities e menor safra agrícola." "As mudanças de meta sempre geraram algum custo em termos de percepção de risco. Se a arrecadação bombar isso some do radar, mas não está no cenário-base."

Para Pires, um caminho pode ser a redefinição da meta de 2024 para déficit primário equivalente a 0,5% do **PIB**, "usando a banda para chegar a 0,25% do **PIB** de déficit primário". "Seria um esforço substantivo sair de déficit de 2,1% em 2023 para um de 0,5% em 2024, num cenário que a economia desacelera." A queda da taxa básica de juros favorece o cenário, diz, juntamente com o câmbio que, avalia, tem tendência de apreciação em razão do bom desempenho das contas externas. Caso eventual revisão da meta provoque "aído", diz, deve ser "pequeno e de curto prazo, se for bem equacionado".

Bráulio Borges, pesquisador do Ibre, lembra que há risco de se ter recessão técnica com variação negativa do **PIB** por dois trimestres seguidos - no quarto trimestre de 2023 e primeiros três meses de 2024-, o que pode afetar a discussão de contingenciamento. Ele ressalta também que há ventos contrários no cenário da atividade, como uma quebra de safra de grãos que pode ser maior do que imaginada e também a questão da Argentina, cuja queda no consumo das famílias pode afetar a exportação brasileira de manufaturados.

Luiz Guilherme Schymura, diretor do Ibre, lembra que a economia brasileira está sujeita, ainda, a eventos externos, como um revés no preço de commodities. "A recessão de 2015 e 2016 teve muito desse componente, porque estamos inserido no mundo. Não podemos esquecer que as previsões de crescimento de **PIB** para 2023 eram de 0,5% inicialmente e deverá fechar o ano em 3% por causa do choque de

commodities. É preciso ficar de olho. Não sei se conseguimos sobreviver a uma situação externa negativa sem passar por momento complicado de câmbio e inflação."

"Há ventos contrários na atividade, como quebra de safra" Bráulio Borges

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187786>

Com economia fraca, China exportará deflação para o mundo

Joseph Cotterill, Claire Jones e Martin Arnold

Os investidores globais esperam que a deflação na China faça baixar a **inflação** em todo o mundo este ano, com o excesso de capacidade levando os exportadores chineses a reduzir os preços dos produtos que vendem no estrangeiro.

Os preços das exportações chinesas caem ao ritmo mais rápido desde a crise financeira de 2008, indicando que o maior exportador do mundo está enviando deflação às economias desenvolvidas que lutam contra a **inflação** elevada.

"A China exportará deflação para o resto do mundo e vários países terão de lidar com o excesso de capacidade acumulado da China", disse Chetan Sehgal, gestor do fundo Templeton Emerging Markets Investment Trust, no Reino Unido.

Os preços no consumidor da China caíram em janeiro à taxa anual mais rápida dos últimos 15 anos, caindo 0,8%, enquanto o índice de preços no produtor caiu 2,5% em termos anuais.

Os produtos de baixo custo fabricados na China têm sido uma característica do comércio global desde que Pequim aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Investidores acreditam que as exportações poderão ser uma força poderosa este ano em virtude da fraca demanda interna, como resultado da crise imobiliária prolongada, e de um yuan mais fraco.?

"A China continua a exportar desinflação para o mundo", escreveram esta semana analistas do Citigroup. Eles disseram que isso pode ajudar a acelerar o ritmo de corte de juros pelos bancos centrais de países emergentes este ano, especialmente em países que consomem parcelas relativamente grandes de produtos chineses.

"Estamos apenas começando a ligar os pontos" sobre como a desinflação importada da China pode afetar os mercados, disse Luis Costa, do Citigroup. "A questão é a magnitude."

A perspectiva de a China exportar deflação também é importante para as economias em desenvolvimento porque "potencialmente, um grande aumento das

exportações chinesas em 2024 levará a uma demanda sustentada de commodities da América Latina, África, Cazaquistão ou Indonésia", disse Charles Robertson, estrategista da FIM Partners. "A deflação chinesa nos bens manufaturados ainda pode permitir uma pequena **inflação** nas commodities."

Nem todos acreditam que as forças deflacionárias da China terão um impacto significativo nos preços globais, particularmente no mundo desenvolvido.

Helen Qiao e Miao Ouyang, economistas do Bank of America, afirmaram que é improvável que os preços das exportações chinesas influenciem significativamente os preços ao consumidor nas economias ricas. "Para os EUA, estimamos que a porcentagem das importações chinesas no consumo total de bens dos EUA é inferior a 5% [e os bens representam aproximadamente 40% da cesta da **inflação** nos EUA]", afirmaram.

Stephen Stanley, economista do Banco Santander, disse que qualquer impacto provavelmente será pequeno. "A maior força deflacionária nos preços dos bens aqui ultimamente tem sido os veículos usados, o que não tem nada a ver com a China", disse ele.

Mas alguns economistas acreditam que as importações dos EUA provenientes da China estão sendo subestimadas, o que poderá tornar o impacto sobre os preços maior do que pode parecer. Nos últimos anos, por exemplo, os dados comerciais da China têm indicado que o país exporta dezenas de milhares de milhões de dólares a mais do que os EUA avaliam que importa, observou Brad Setser, do Council on Foreign Relations.

Ao mesmo tempo, as exportações chinesas mais baratas intensificarão as queixas entre os fabricantes ocidentais sobre a concorrência desleal. As exportações chinesas ainda enfrentam obstáculos porque são "vulneráveis a um maior protecionismo comercial, com os recentes ganhos de participação da China nos mercados globais começando a enfrentar uma crescente resistência no exterior", segundo a Capital Economics.

"A ameaça mais óbvia é para os países desenvolvidos - porque a China está subindo na curva de bens de valor agregado rumo à produção de alta qualidade",

disse Robertson, da FIM Partners.

A BYD, maior fabricante de automóveis da China, anunciou recentemente reduções de preços entre 5% e 15% para os seus veículos eléctricos na Alemanha, depois de a Mercedes-Benz ter alertado no fim do ano passado para o impacto nos lucros da "brutal" guerra de preços nos veículos eléctricos.

"Vários países terão de lidar com o excesso de capacidade chinês" Chetan Sehgal

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187786>

Após ano conturbado, bancos estão mais otimistas com 2024

Álvaro Campos, Mariana Ribeiro e Talita Moreira De São Paulo

O ano de 2023 terminou melhor do que começou para os grandes bancos brasileiros. Depois de um primeiro semestre complicado, em que o caso Americanas levou a provisões bilionárias e se somou a um ambiente difícil para o crédito, com risco de uma crise mais generalizada, os sinais de recuperação começaram a ficar mais claros nos últimos meses. Ainda que a atividade econômica seja um pouco mais fraca, as perspectivas para 2024 são melhores, com queda de juros, **inflação** controlada e projeções de retomada dos mercados de capitais.

Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil (BB) e Santander tiveram juntos um lucro consolidado de R\$ 96,9 bilhões em 2023, com alta de 0,6%. O "empate" foi um bom resultado se comparado à retração de 7,3% no resultado combinado do ano anterior, quando parte das provisões para a crise da Americanas foi feita.

Os números também precisam ser vistos em perspectiva, já que Santander e Bradesco tiveram queda nos lucros, mas Itaú e BB apresentaram resultados melhores. Apesar dessas diferenças, algumas tendências são gerais.

Uma delas é que a inadimplência demorou mais que o previsto para ser debelada, mas começou a melhorar. "Podemos afirmar com todas as letras que finalmente controlamos a inadimplência", disse na quarta-feira Marcelo Noronha, CEO do Bradesco, banco que mais enfrentou dificuldades para domar os calotes.

Isso foi feito à custa de uma maior restrição na oferta de crédito. A carteira combinada de empréstimos e financiamentos dos quatro grandes avançou 4,9% no ano passado, para R\$ 3,8 trilhões, abaixo do ritmo do mercado como um todo. Essa medida, aliada à mudança de "mix" - em direção a produtos mais seguros e, conseqüentemente, com juros menores - contribuiu para que a margem financeira bruta (antes de provisões) crescesse 11,5%, a R\$ 316,9 bilhões. Dentro dessa linha, Bradesco e Santander ainda foram afetados pela margem de operações com o mercado, que reflete tesouraria e gestão de ativos e passivos. Nesses dois bancos, o indicador ficou negativo em boa parte do ano em consequência do ciclo de alta da

Selic.

Ao mesmo tempo, a forte desaceleração em produtos mais arriscados, sobretudo cartão de crédito, pressionou as receitas de tarifas dos bancos. Elas já vinham em um cenário mais difícil com o aumento da competição, mudanças regulatórias e avanços tecnológicos, como Pix e "open finance". Com esse fator e um ambiente difícil para as operações de mercado de capitais, que geram comissões, a receita de serviços cresceu apenas 2,9% - abaixo da **inflação**, portanto.

De outro lado, os bancos vêm tentando conter despesas, até inclusive com o fechamento de agências para reduzir o chamado "custo de servir" os clientes. Porém, têm feito investimentos pesados em tecnologia para modernizar seus sistemas e em geral lidam com reajustes salariais acima da **inflação**. Com isso, as despesas operacionais somadas aumentaram 8% no ano passado.

Maior banco privado da América Latina, o Itaú teve lucro recorde tanto no quarto trimestre como em 2023. Com uma clientela mais de alta renda que os rivais, sofreu menos com o ciclo de inadimplência e também tem um negócio mais diversificado. No ano passado, vendeu sua unidade na Argentina e atingiu a maioria das projeções para 2023. O único item que ficou fora do "guidance" foi o crescimento da carteira, que ficou abaixo do esperado em função, entre outros fatores, da variação cambial - o banco tem a maior exposição a outros países entre as instituições brasileiras.

Depois de pagar um dividendo extraordinário de R\$ 11 bilhões sobre o resultado do ano passado, o Itaú indicou que novos proventos adicionais devem ser entregues neste ano. O CEO, Milton Maluhy, disse que o banco continuará distribuindo pelo menos 30% do lucro e ao longo do ano vai observar as variáveis, mas mantendo um índice de capital mínimo de 12%. "É bem possível que tenhamos de novo dividendo extraordinário no ano que vem [relativo ao resultado de 2024]", comentou.

O executivo afirmou que espera continuar entregando um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) acima de 20%. "O ROE pode ser um pouco mais que 20% neste ano? Sempre pode, mas acho justo trabalhar com um mínimo de 20%." Na outra ponta, o Bradesco vive um

de seus momentos mais difíceis. No fim de 2023, trocou o CEO antes da idade de aposentadoria, quebrando uma tradição da casa. Assim, havia grande expectativa sobre o anúncio do novo plano estratégico para o banco que Noronha prometeu para esta semana. As medidas incluem simplificação na estrutura, mais tecnologia e uma aposta redobrada no crédito. Apesar de os analistas julgarem que o plano vai na direção correta, a perspectiva de recuperação lenta dos resultados levou as ações da instituição financeira a despencar e o banco foi ultrapassado pelo BTG Pactual em valor de mercado.

De acordo com Noronha, este será um ano de "transição". E o sucesso da transformação permitirá melhorar a lucratividade, mas os sinais mais evidentes só virão a partir de 2025. "Começamos a executar um plano estratégico sem paralelo na história do banco", disse. O executivo afirmou que não há "bala de prata", mas há pressa.

A situação do BB é mais parecida com a do Itaú, com menos exposição à baixa renda. O banco também é beneficiado pela carteira do agronegócio, segmento que bateu recordes no ano passado. A instituição ainda ganhou um impulso adicional do Patagonia, subsidiária na Argentina, que se beneficiou da desvalorização do peso.

Já o Santander conseguiu entrar numa trajetória de retomada, embora ainda enfrente dificuldades. O CEO, Mario Leão, vem adotando medidas para diversificar a receita e depender menos do crédito da baixa renda. No quarto trimestre, mais uma vez, o banco foi afetado pelas provisões para Americanas. A margem financeira até mostrou sinais melhores, mas uma elevação inesperada na inadimplência levantou incertezas sobre as tendências para a qualidade dos ativos.

Segundo Leão, as perspectivas para este ano são mais positivas. "A gente já entra em 2024 claramente com um cenário melhor de inadimplência, com o estoque mais antigo já quase totalmente digerido e as safras novas se comportando bem", disse ao Valor.

"Olhando para frente, temos boas oportunidades de crescimento na carteira, incluindo em pessoa física"
Milton Maluhy

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187786>

BTG amplia risco da carteira com bolsa e títulos prefixados

Liane Thediin Do Rio

Um ambiente benigno, com corte de juros nos Estados Unidos e atividade em suave desaceleração, e adoção de incentivos pela China para estabilizar sua economia. É como Rafael Mazzer, sócio e chefe da área de Portfolio Solutions Brasil do BTG Pactual, vê o cenário deste ano, que, afirma, torna "no mínimo estável" o quadro para o mercado de commodities brasileiro. Depois de um 2023 mais defensivo, o executivo conta que adicionou risco à carteira e está com alocação acima da média em juros reais, ou seja, títulos atrelados ao IPCA, em papéis prefixados com prazo mais curto, até três anos, e em bolsa. "Gostamos de ativos de risco no Brasil." No entanto, não espere um céu de brigadeiro: para ele, o ano não será livre de sustos até que se conheça a real trajetória da taxa que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) vai adotar, as medidas a serem efetivamente adotadas pelo governo chinês e o desempenho fiscal doméstico.

"A pessoa física vai esperar a Selic chegar a um dígito para buscar ativos com maior risco. O alocador do fundo de pensão vai perceber em algum momento que a renda fixa não vai mais fechar a conta do cálculo atuarial e que ele precisa e vai voltar para a renda variável. Mas nós, como alocadores, temos quase a obrigação de abrir essa fila de entrada. Até para comprar o mais barato possível", resume. Ele se diz otimista em relação à renda fixa no primeiro semestre. "Com títulos com prazos mais longos, entre cinco e oito anos, vou para a montanha-russa com cinto de segurança. Já nos prefixados, estou de moto na rua a 200 quilômetros por hora." José Tolipan, sócio e chefe de administração de carteiras da área de Portfolio Solutions do BTG, afirma que, para quem trabalha com decisão de alocação de ativos, é importante ter tendências claras para identificar. Em 2023, comenta, as mudanças de cenário foram bruscas e as leituras acabaram sendo erráticas. "Saber para onde o vento está soprando é muito importante. E a política monetária é uma boa direção para isso. O ano vai ser menos desafiador para a indústria de multimercados." Ele ressalta, porém, que, no fim das contas, a foto de 2023 foi boa, com desempenhos positivos em renda fixa, bolsa e câmbio. "O "kit Brasil" funcionou, mas, na média, os multimercados não foram bem." Segundo Tolipan, houve muita dispersão entre os fundos conforme os estilos de gestão. Na média, o índice dos

fundos multi mercados que a área acompanha teve desempenho de GDI menos 3%. Mas quem atuou de forma mais tática, com posições mais curtas, se saiu melhor, explica.

Para bolsa, Mazzer afirma que vê um cenário "cautelosamente positivo". Ele diz que as cotações estão longe das máximas, portanto, as ações ainda estão baratas. Como o cenário de queda de juros leva a reavaliações dos fluxos de caixa das companhias, a sobrealocação em ações começou cedo, ainda no ano passado. "A gente olha para os múltiplos e eles parecem atrativos. Quando os juros caem o efeito é direto nas despesas financeiras das empresas alavancadas, e o impacto no resultado é relevante. Além do efeito contábil, o afrouxamento monetário é o sinal de que o BC fez o trabalho de desinflação e está programando a reaceleração econômica." Luciano Juaçaba, sócio e chefe de crédito e ativos alternativos da área de Portfolio Solutions, comenta que, de junho para cá, quando o banco passou à sobrealocação em bolsa, o Ibovespa subiu de 117 mil pontos para perto de 130 mil. "Mas toda essa alta foi revisão de ganhos. Quando ajusta pelo lucro esperado, é quase como se estivéssemos comprando pelo mesmo preço. A bolsa não ficou mais cara porque subiu." Em renda fixa, Mazzer destaca crédito privado e fundos de investimento imobiliário (FIIs) e fundos de infraestrutura, setor considerado mais estável por ter previsibilidade de receitas. Em crédito, depois que o pior da crise do início de 2023 passou, pós-Americanas e Light, ele comenta que sua gestão de crédito é delineada para evitar surpresas e garantir diversificação suficiente para evitar perdas significativas. "Fazendo o trabalho bem-feito, a perda é de 1% a cada dois anos com a inadimplência. Ou seja, uma carteira que rende IPCA mais 7% isentos, com a perda garante **inflação** mais 5% nos próximos cinco anos." Juaçaba destaca que a área tem como estratégia carregar os ativos de crédito, o que leva a um viés de análise mais profundo. "Não tem segredo, tem que ser diligente na hora de conceder e disciplinado para acompanhar. Assim, consegue diluir um "default" ou outro. Nossa carteira tem mais de 60 ativos." O portfólio inclui tanto títulos públicos quanto isentos. "Risco é o que não estamos vendo, por isso é importante a gestão profissional", completa Tolipan.

Em câmbio, Mazzer diz não manter alocações com posições diretas contra outras moedas, embora tenha

uma visão positiva para o real, que, para ele, deve ficar mais perto dos R\$ 4,50. Isso porque o diferencial de juros reais de curto prazo está a favor da moeda brasileira, assim como o saldo da balança comercial tende a ser cada vez maior, já que o país é grande exportador de grãos e minério de ferro e vai crescer em petróleo. "Além disso, se o BC americano precisar cortar mais os juros, vamos ter dólar ainda mais fraco." Ele destaca que alguns indicadores da China pioraram, mas são melhores do que muitos países: registra superávit fiscal e crescimento de 5%, mas, por outro lado, sua dívida interna é muito grande e há forte controle do governo sobre a economia. Dessa forma, vê algum exagero para baixo nas avaliações dos ativos chineses. "O que é ruim mesmo e o que é narrativa? Mesmo com dificuldade de crescimento o governo vai fazer os estímulos necessários para estabilizar a economia." De acordo com Mazzer, em 2023 não houve qualquer medida grandiosa, mas sim muitos microincentivos que, somados, tiveram resultados razoáveis. "Os estímulos impediram que o ano passado fosse um desastre", conclui.

"Saber para onde o vento sopra é muito importante. Ano vai ser menos desafiador para multimercados"
José Tolipan

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187786>

Projeções da inflação e Selic seguem, apesar de alta

Apesar de o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ter apresentado alta acima do esperado pelo mercado, analistas mantiveram projeções de **inflação** e juros para este ano. Eles dizem.

contudo, que os dados divulgados nesta quinta-feira (8) acendem um alerta.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a **inflação** oficial do Brasil medida pelo IPCA variou de 0,56% em dezembro para 0,42% em janeiro. Essa desaceleração, contudo, foi menor do que o aguardado por economistas, que projetavam, em média, elevação de 0,34% nos preços, segundo projeções.

O mês de janeiro costuma apresentar números mais altos devido a eventos sazonais, como reajuste do salário mínimo, aumento nas despesas com educação, taxas anuais e até mesmo piora na oferta agrícola de alguns produtos por conta das chuvas e do calor.

De fato, o IPCA do mês passado voltou a sofrer pressão da alta dos alimentos. O grupo alimentação e bebidas acelerou para 1,38%, após registrar 1,11% em dezembro, como efeito das temperaturas e das chuvas intensas em regiões produtoras, intensificadas pelo fenômeno climático El Niño.

Mas além da frustração na expectativa com o índice geral, analistas chamam atenção para detalhes, como a **inflação** subjacente de serviços, que capta tendência dos preços do segmento sem levar em conta componentes mais transitórios. (Folhapress)

Site: <https://opopular.com.br/digital/09-fevereiro-2024/1o-caderno>

Primeira taxa de 2024 mostra inflação de 4,51%

Rio - A **inflação** oficial no mês de janeiro ficou em 0,42%, puxada principalmente pela alta no preço dos alimentos. Este patamar ficou abaixo do resultado de 0,56% apurado em dezembro. Em 12 meses a taxa soma 4,51%, de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O acumulado ficou ligeiramente acima do teto da meta de **inflação**, atualmente em 4,5%. Em janeiro o grupo de alimentação e bebidas teve maior peso na cesta de consumo das famílias, representando 21,12%. É a maior alta para o mês desde 2016, quando o grupo alcançou elevação de 2,28%. O IBGE explica que fatores climáticos foram os principais motivos que causaram o aumento no preço dos alimentos no começo de 2024.

Entre os itens que mais pesaram no bolso do brasileiro estão a cenoura (43,85%), a batata-in- PORTO ALEGRE. Na Região Metropolitana de Porto Alegre o IPCA de janeiro marcou 0,13%, menos que a taxa de 0,43% de dezembro. Salvador também registrou alta de 0,13%, e as duas capitais são as que tiveram menor elevação no primeiro mês do ano. Só Brasília registrou baixa, recuando 0,36%. A maior variação em Porto Alegre veio também do grupo de alimentação, 1,06%, mas transportes recuaram 1,32%, o que ajudou a desacelerar o índice do mês. Nos últimos 12 meses a alta é de 4,53%.

INPC acelera e sobe para 3,82%

Rio - O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) teve alta de 0,57% em janeiro após uma elevação de 0,55% em dezembro, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa em 12 meses mostrou alta de 3,82% em janeiro, mais que os 3,71% verificados até dezembro. O INPC mede a variação dos preços para as famílias com renda de um a cinco salários mínimos e chefiadas por assalariados, e por isso o indicador é o mais comumente utilizado nas negociações de acordos coletivos de trabalhadores.

Buscar crédito é solução para 76%

Rio - Parcela de 76% dos brasileiros que buscaram alguma forma de crédito em janeiro também pretende fazer igual pedido em fevereiro. Os dados são do Mapa Serasa Crédito, novo levantamento mensal da

Serasa que considera os dados da plataforma, além da pesquisa realizada com mais de 5 mil consumidores. Em janeiro o serviço mais buscado na plataforma foi o de cartão de crédito, com 55%. Entre os consumidores que precisaram de cartão para vencer contas de fim e de início de ano, o valor médio pretendido por 35% era de R\$ 1,5 mil.

Sai dia 15 edital para aeroportos O Conselho Gestor do Programa de Concessões e Parcerias Público-Privadas do governo do Estado aprovou ontem modelagem e data de lançamento do edital da parceria público-privada (PPP) dos aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo. Será no dia 15. O governo aportará R\$ 29 milhões na futura parceria com a iniciativa privada. O vencedor da licitação, que terá modelo de concessão patrocinada, administrará os dois terminais por 30 anos e deverá obrigatoriamente investir R\$ 101 milhões para qualificar a infraestrutura e a operação dos locais.

Demissão deve ser especificada

Brasília - O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu na sessão de ontem julgamento de recurso extraordinário e decidiu, por maioria de votos, que a demissão sem justa causa de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista admitidos por concurso deve ser devidamente motivada. As razões precisam ser indicadas em ato formal. Prevaleceu a divergência aberta pelo ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, no sentido de que o empregado admitido por concurso e demitido sem justa causa tem direito de saber o motivo do desligamento. A motivação, entretanto, não exige instauração de processo administrativo.

Produção cresce 0,2% em janeiro

Rio - A produção industrial cresceu em 10 de 18 locais pesquisados em 2023, segundo a Pesquisa Industrial Mensal -Produção Física Regional, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em São Paulo, maior parque industrial do país, houve retração de 1,5% na produção em 2023. O Rio Grande do Sul está entre os estados que mostraram recuo. A produção caiu 4,7%. Na média global a indústria nacional cresceu 0,2% em 2023. O maior avanço verificado no ano passado.

Isenção alcança mais 1,1 milhão

Brasília - A ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para contribuintes que recebem até dois salários mínimos, R\$ 2.824, fará com que 1,1 milhão de pessoas deixem de pagar o tributo, de acordo com o Sindifisco Nacional. A entidade também calcula que houve uma redução de 4,27 pontos percentuais na defasagem acumulada desde 1996.

Segundo o governo, a nova tabela do IR isenta, no total, 15,8 milhões de brasileiros da primeira faixa, mas beneficia trativo, não se confundindo com estabilidade no emprego e dispensando exigências da demissão por justa causa.

No caso em questão, embora o recurso tenha sido interposto por empregado dispensado, teve provimento negado, já que, pelo voto de Barroso, a decisão deve surtir efeitos só para casos futuros e a partir da publicação da ata de julgamento. O ministro André Mendonça acompanhou o entendimento do ministro Barroso, mas no voto dava provimento ao recurso do empregado demitido do Banco do Brasil. Já Edson Fachin também acompanhou o voto de Barroso, mas considerou que seria necessário abrir processo administrativo.

sado ocorreu no Rio Grande do Norte (13,4%), seguido pelo Espírito Santo (11,1%).

Em outro levantamento divulgado ontem, a Anfavea informou dados sobre a fabricação de veículos. Segundo a entidade das montadoras, a produção ficou estagnada em janeiro. Entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, foram produzidas 152,6 mil unidades, praticamente repetindo o número de igual mês de 2023, com leve queda de 0,1%. Frente a dezembro o declínio é de 11,1%.

todos os contribuintes devido à progressividade da tabela. A medida tem impacto fiscal de R\$ 3,3 bilhões em 2024. "O aumento do desconto e do reajuste aliviam a situação dos mais pobres. Por outro lado, a classe média assalariada, que historicamente vê seu imposto de renda aumentar pela insuficiência da correção, precisa que a tabela seja reajustada em níveis compatíveis com a **inflação** acumulada desde 1996", avalia o presidente da entidade, Isac Falcão.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10983>

Supersalários - LAURA KARPUSKA

LAURA KARPUSKA

É comum ouvir que o alto salário no Judiciário se justifica pelo alto nível requerido pelos cargos.

"Miserê", "humilhados e agachados", são alguns relatos de servidores do alto escalão sobre seus salários. "Eu poderia ganhar muito mais em um escritório de advocacia", bradou um conhecido em uma conversa sobre os supersalários do Judiciário no Brasil.

Os salários do Judiciário trazem um incômodo para os funcionários públicos e para a população em geral. Esta semana o STF vai decidir sobre teto salarial das universidades públicas paulistas USP, Unicamp e Unesp. Os docentes destas universidades recebem hoje até R\$ 44.008,52, que é o teto federal.

Se a medida cautelar que foi deferida em 2020 não for acatada pelo STF, os salários dos professores cairiam para o limite estadual de R\$ 34.572. A medida deve impactar pouco professores contratados nos últimos anos - que raramente atingem o teto estadual. O debate chama a atenção porque os penduricalhos do Judiciário não estão sendo, e nunca são, debatidos. Há um conflito de interesses inerente ao deixar nas mãos do próprio Judiciário este debate. Nem todos os servidores públicos possuem acesso às chaves do cofre.

Em entrevista para a rádio Eldorado, a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse que pretende se reunir com representantes do Legislativo para fazer uma proposta de reforma administrativa. Esther afirmou que é preciso definir o que entra, ou não entra, no teto salarial do funcionalismo e que é preciso uniformizar o teto entre os servidores.

Eu adicionaria que qualquer reforma, ou apenas fazer valer regulações já existentes, deveria ter como princípio fundamental um Estado não indutor de desigualdades. Em 2021 escrevi uma coluna intitulada exatamente Estado indutor de desigualdade. Nela, deixei um exemplo que é sempre útil e replico aqui. No TJSP, juízes têm direito a garrafinhas de água. A "serventia", como são chamados os outros funcionários, não. Na ocasião, descrevi o fato como uma das "pequenezas que se amontoam e escancaram o Estado como indutor de desigualdade por convicção".

Todos os salários debatidos aqui nesta coluna são, claro, muito maiores do que a média de salário dos trabalhadores no Brasil, que não chega a R\$3 mil mensais. O debate explicita este conflito de interesses entre servidores públicos e as benesses do Judiciário. Mas, além disso, escancara uma escolha social. O Brasil escolhe ser um país de burocratas, não de intelectuais ou cientistas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Justiça brasileira é a mais cara do mundo (Artigo)

SAULO PENAFORTE

Um estudo inédito feito pelo Tesouro Nacional confirmou que o Brasil está no topo da lista de países que mais gastam com tribunais. Conforme o levantamento, o custo dos tribunais brasileiros em 2021 foi o equivalente a 1,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**), cerca de R\$ 160 bilhões. O valor equivale a mais que o triplo dos países emergentes, onde a conta média é de 0,5% do **PIB**.

O relatório foi produzido pelo órgão do Ministério da Fazenda com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso é possível enxergar claramente que a Justiça brasileira é a mais cara do mundo, seguida pela de Costa Rica, El Salvador, Kosovo e Bulgária.

Os países que menos investem no Judiciário são Singapura, Japão, Cazaquistão, Chipre e Noruega. A análise levou em conta todos os tribunais estaduais e regionais, o Ministério Público, o Supremo Tribunal Federal, entre outras instâncias. O grosso do custo com o Poder Judiciário se refere ao pagamento da folha de pessoal, que envolve despesas como salários, bônus, contribuições sociais e aposentadorias.

O relatório do Tesouro Nacional mostrou ainda que o Brasil gasta menos que a média internacional nas áreas de saúde (5,01%) e educação (4,49%). O estudo da ONG Transparência Brasil analisou as manobras do sistema de justiça para a criação de benefícios que aumentam até um terço dos salários.

Conforme o Tesouro Nacional, o custo dos tribunais brasileiros em 2021 foi o equivalente a 1,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**), cerca de R\$ 160 bilhões. Os analistas da ONG ressaltam que existe hoje, administrativamente, uma série de benefícios que, por serem decisões administrativas, não são aprovados por mecanismos externos, como o Legislativo, o que seria uma maneira de driblar o teto constitucional, compondo, assim, uma grande elite do serviço público, especialmente os juizes e procuradores.

A Associação dos Magistrados Brasileiros reagiu e, em sua defesa, afirmou "que o estudo não leva em conta as diferenças entre as nações e o volume dos

processos, que gira em torno de 80 milhões de ações, decorrentes dos baixos custos, promovendo um estímulo à litigiosidade, gerando, por consequência, um número absurdo de processos".

É importante ressaltar que é natural que o cidadão recorra à Justiça. Faz parte do exercício da cidadania. O fenômeno do inchaço do Poder Judiciário decorre majoritariamente da Constituição de 1988.

Falo é que, da maneira como foi sistematizada, nossa Carta Magna criou acesso simplificado aos tribunais, com custos altíssimos, especialmente em relação aos salários. Os valores - que tornaram-se astronômicos - certamente terão de ser revistos em algum momento.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>